

ESTATUTOS

DA LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL

(com as alterações aprovadas nas Assembleia Geral Extraordinária de 07 de fevereiro de 2017)



LIGA
PORTUGAL
FUTEBOL COM **TALENTO**

MAIN SPONSOR LIGA NOS



TITLE SPONSOR LIGAPRO



OFFICIAL SPONSORS



Rua da Constituição 2555
4250-173 PORTO

T. +351 228 348 740
F. +351 228 348 756

www.ligaportugal.pt
geral@ligaportugal.pt



ÍNDICE

NATUREZA, DENOMINAÇÃO, INSÍGNIAS, SEDE, ÂMBITO, OBJETO, FINS, ATRIBUIÇÕES E DURAÇÃO.....	4
PRINCÍPIOS GERAIS.....	8
ASSOCIADOS.....	9
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	13
Generalidades.....	13
Assembleia Geral.....	18
Presidente da Liga.....	22
Direção da Liga.....	23
Conselho Fiscal.....	26
Conselho Jurisdicional.....	27
REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO.....	29
INFRAÇÕES DISCIPLINARES ASSOCIATIVAS.....	32
Sanções disciplinares.....	32
Infrações disciplinares.....	33
EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA LIGA.....	34
DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS.....	35

ESTATUTOS DA LIGA PORTUGUESA DE FUTEBOL PROFISSIONAL

CAPÍTULO I

NATUREZA, DENOMINAÇÃO, INSÍGNIAS, SEDE, ÂMBITO, OBJETO, FINS, ATRIBUIÇÕES E DURAÇÃO

Artigo 1.º

(Natureza)

A Liga Portuguesa de Futebol Profissional é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, e rege-se pelo disposto nos presentes Estatutos, nos seus Regulamentos e na demais legislação aplicável.

Artigo 2.º

(Denominação)

A Liga Portuguesa de Futebol Profissional adota esta precisa denominação, sem prejuízo da utilização, para efeitos comunicacionais, de exploração comercial e de organização competitiva, da designação de *Liga Portugal* ou de qualquer outra que venha a ser escolhida.

Artigo 3.º

(Insígnias)

A Liga tem como insígnias a bandeira, o selo, escudo, os emblemas e o hino que constam de anexo aos presentes Estatutos.

§ 1.º As insígnias da Liga são da sua exclusiva propriedade.

§ 2.º As insígnias, as marcas e os restantes sinais distintivos da Liga estão registados junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial e do Instituto de Harmonização no Mercado Interno.

Artigo 4.º

(Sede)

A Liga tem a sua sede na Rua da Constituição, nº 2555, na cidade do Porto, podendo abrir delegações.

Artigo 5.º

(Âmbito)

A estrutura territorial da Liga é de âmbito nacional.

Artigo 6.º

(Objeto)

A Liga assegura a gestão e regulamentação das atividades do futebol profissional de acordo com a lei aplicável.

Artigo 7.º

(Fins)

A Liga tem por fins principais:

- a) Organizar e regulamentar as competições de natureza profissional nos termos da legislação aplicável;
- b) Promover a defesa dos interesses comuns dos seus associados e a gestão dos assuntos inerentes à organização e prática do futebol profissional e das suas competições;
- c) Exercer, relativamente aos seus associados, as funções de controlo disciplinar e de supervisão estabelecidas na lei, nos presentes Estatutos e regulamentos.

Artigo 8.º

(Atribuições)

1. Para a prossecução dos fins previstos no artigo anterior, são atribuições da Liga:
 - a) Definir os pressupostos desportivos, financeiros e de organização de acesso às competições profissionais, bem como fiscalizar a sua execução pelas entidades nelas participantes, nos termos da legislação aplicável;
 - b) Aprovar normas sobre o modo de inserção da publicidade nos equipamentos desportivos utilizados pelas Sociedades Desportivas e árbitros, nos quadros das disposições estabelecidas a esse respeito pelos organismos internacionais de futebol;
 - c) Aprovar normas sobre o ingresso nos recintos desportivos nas competições organizadas pela Liga, assim como sobre qualquer outra questão relacionada com esta matéria;
 - d) Estabelecer o modelo oficial da Bola, no respeito pelas Leis do Jogo;
 - e) Fixar o número máximo de praticantes profissionais inscritos por cada sociedade desportiva;
 - f) Registrar os contratos de trabalho desportivo e de formação dos respetivos praticantes;
 - g) Determinar a forma e requisitos de inscrição dos futebolistas contratados pelas Sociedades Desportivas, assim como os seus períodos de realização;
 - h) Aprovar o número de jogadores formados localmente que deverão ser inscritos nas Sociedades Desportivas, tendo em conta os critérios e as normas estabelecidas pelos organismos internacionais da modalidade;
 - i) Fixar os horários dos jogos;

- j) Determinar os critérios de subidas e descidas entre as I e II Ligas;
 - k) Fixar, em coordenação com a Federação Portuguesa de Futebol, o número de descidas e subidas dos clubes ou das Sociedades Desportivas entre a II Liga e o Campeonato Nacional de Seniores;
 - l) Elaborar e aprovar, em articulação com a Federação Portuguesa de Futebol, o calendário de jogos das competições em que participam as Sociedades Desportivas associadas ordinárias da Liga;
 - m) Estabelecer os critérios e condições relativos às transmissões por rádio, televisão ou outros meios digitais dos jogos das competições de carácter profissional e conceder as respetivas autorizações;
 - n) Exercer relativamente às competições de carácter profissional, as competências atribuídas nos termos da legislação aplicável;
 - o) Dirigir os processos de inquérito e a instrução dos processos disciplinares, deduzir a acusação no respetivo âmbito e sustentá-la perante o órgão decisório disciplinar ou propor o arquivamento, bem como executar as deliberações dos órgãos da justiça e disciplina desportivas;
 - p) Exercer, relativamente aos seus associados, as funções de tutela, controlo, disciplinar e de supervisão, definindo, nomeadamente, as regras de gestão e fiscalização das contas aplicáveis às Sociedades Desportivas enquanto participantes nas competições de natureza profissional;
 - q) Negociar, gerir e supervisionar, no interesse e por conta dos seus associados, a exploração comercial das competições profissionais, sem prejuízo da respetiva liberdade de contratação nas matérias que lhes digam individualmente respeito;
 - r) Gerir as receitas provenientes das competições profissionais, definindo os respetivos critérios de afetação;
 - s) Elaborar e aprovar, nos termos legalmente previstos, os Regulamentos de Competições, Disciplinar e Arbitragem aplicáveis no âmbito das competições de carácter profissional e outros que se mostrem necessários para a prossecução do seu objeto;
 - t) Promover ações de formação dos agentes desportivos em colaboração com as respetivas associações de classe e a Federação Portuguesa de Futebol;
 - u) Definir, por contrato celebrado com a Federação Portuguesa de Futebol, o regime aplicável em matéria de relações desportivas e financeiras;
 - v) Estabelecer a sua organização interna.
 - w) Exercer quaisquer outras atribuições que lhe advenham da prossecução do seu objeto ou que lhe sejam conferidas pelos seus associados, assim como aquelas que devam considerar-se como subordinadas ou complementares das suas atribuições.
2. Para a prossecução dos interesses comuns e para a plena realização do seu objeto social tem a Liga, ainda, as seguintes atribuições:

- a) Representar o conjunto dos associados junto de todas as entidades perante as quais tenham interesses comuns, na prossecução e defesa desses interesses e em especial junto da Administração Pública, das organizações desportivas nacionais e internacionais;
 - b) Participar ativamente nas reformas das estruturas do futebol português de molde a garantir a sua constante adequação às necessidades do futebol em geral e das competições profissionais em particular;
 - c) Promover, em conjugação com todas as partes interessadas, a criação do estatuto dos praticantes, treinadores e demais agentes do futebol profissional e colaborar na definição do regime das apostas desportivas online e distribuição das respetivas receitas;
 - d) Constituir sociedades comerciais com vista à exploração comercial da sua atividade e conexas com a mesma;
 - e) Definir as regras e as orientações gerais com vista à promoção, valorização e rentabilidade das competições profissionais;
 - f) Organizar e regulamentar a Taça da Liga, bem como outros torneios ou jogos de âmbito nacional ou internacional e de natureza oficial ou particular;
 - g) Fixar regras de sã convivência entre os associados e tentar dirimir conflitos entres eles que perturbem ou ponham em causa os princípios da ética desportiva ou o normal funcionamento das competições ou da própria Liga;
 - h) Auxiliar os associados na promoção e defesa dos seus interesses, prestando-lhe assistência, designadamente, em matéria comercial, de documentação e informação legislativa;
 - i) Fomentar a prática do futebol e colaborar com todos os intervenientes interessados na modalidade;
 - j) Associar-se com pessoas singulares ou coletivas, tendo em vista a prestação de serviços ou a comercialização de direitos e produtos conexos com o futebol e, em geral, todas as atividades necessárias ou convenientes à prossecução dos seus fins.
3. A exploração comercial das competições profissionais de futebol é exercida pela Liga enquanto representante do coletivo constituído pelas Sociedades Desportivas que nelas participem, em termos a definir em Regulamento Geral, o qual deverá sempre obedecer aos princípios gerais estabelecidos no artigo 10º destes Estatutos.
4. O saldo positivo da prestação de contas das competições profissionais, resultante da diferença apurada em cada época desportiva entre, por um lado, os rendimentos da exploração comercial líquidos de gastos incorridos para a sua obtenção e, por outro lado, os gastos incorridos na organização dessas provas, será imputado às Sociedades Desportivas que nelas tenham participado nessa mesma época, de acordo com os critérios que vierem a ser deliberados pela Assembleia Geral, com prevalência pelo critério do mérito desportivo, depois de efetuadas as seguintes deduções:

- a) Uma parcela correspondente a 10% destinada ao Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto no artigo 70.º;
 - b) Uma parcela correspondente a 10% destinada ao orçamento da Liga para financiamento das suas despesas gerais de funcionamento.
5. O saldo negativo apurado numa época desportiva, nos termos do número anterior, é deduzido aos saldos positivos, havendo-os, de uma ou mais épocas desportivas posteriores.

Artigo 9.º

(Duração)

A Liga Portugal dura por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 10.º

(Princípios gerais)

1. A Liga, os seus órgãos e associados nas suas relações associativas e desportivas devem observar os seguintes princípios:
 - a) Da legalidade;
 - b) Da igualdade;
 - c) Da ética, da lealdade e da verdade desportiva;
 - d) Da boa-fé;
 - e) Da colaboração;
 - f) Da proteção do bom nome do futebol profissional;
 - g) Da transparência;
 - h) Da diligência;
 - i) Da solidariedade entre os associados da I e II Liga.
2. A violação dos princípios enunciados nos números anteriores por um associado, bem como por qualquer agente desportivo integrado na Liga, é punida nos termos legalmente previstos.
3. Para efeitos do número anterior, o membro de qualquer órgão da Liga ou qualquer associado que tenha conhecimento da violação dos princípios previstos no nº 1, deve participar o facto ao Conselho Jurisdicional para os devidos efeitos.

CAPÍTULO III
ASSOCIADOS

Artigo 11.º

(Espécies)

1. A Liga tem as seguintes categorias de associados: ordinários, históricos, honorários.
2. São associados ordinários as Sociedades Desportivas que disputem competições de futebol de natureza profissional, de acordo com as normas vigentes aplicáveis.
3. São associados históricos os clubes fundadores da Liga e os que tenham detido a qualidade de associados ordinários independentemente de se encontrarem a disputar as competições de natureza profissional.
4. São associados honorários as pessoas singulares ou coletivas a quem seja reconhecido mérito na área do futebol e àquelas que tenham prestado serviços relevantes à Liga ou ao desporto que ela tutela.

Artigo 12.º

(Aquisição da qualidade de associado)

1. A qualidade de associado ordinário é detida pelas Sociedades Desportivas que disputem competições de futebol de natureza profissional, tal como definidas na lei.
2. A qualidade de associado histórico é reconhecida pela aprovação dos presentes Estatutos e pela admissão pela Assembleia Geral da Liga das Sociedades Desportivas ou clubes que deixarem de militar nas competições da Liga.
3. A qualidade de associado honorário adquire-se por deliberação da Assembleia Geral da Liga, mediante proposta da Direção da Liga.
4. A qualidade de associado ordinário é automaticamente renovada anualmente para as Sociedades Desportivas que continuem a preencher os pressupostos da sua participação nas competições profissionais organizadas pela Liga.
5. A qualidade de associado ordinário é ainda adquirida pelas Sociedades Desportivas que passem a preencher os pressupostos legais e regulamentares da sua participação nas competições profissionais organizadas pela Liga e o requeiram nos termos legais e regulamentares, juntando uma declaração de aceitação integral e sem reservas dos presentes Estatutos e demais regulamentação em vigor.
6. A declaração referida no número anterior tem a forma escrita, é assinada por quem legalmente disponha dos poderes de vinculação da Sociedade Desportiva candidata, com reconhecimento dessa qualidade nos termos da lei.
7. A admissão da candidatura a associado ordinário da Liga permite, automaticamente e sem dependência de qualquer outra formalidade, a participação na competição profissional de futebol da respetiva Liga.

Artigo 13.º

(Direitos dos associados)

1. São direitos dos associados ordinários os seguintes:
 - a) O de requerer e tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral e nas suas deliberações e o de eleger e ser eleito para os órgãos da Liga, desde que se mostrem pagas todas as quotas vencidas, nos termos fixados pelo Regulamento Geral;
 - b) O de examinar na sede da Liga toda a informação operacional e financeira da gestão desta, nomeadamente as contas da gerência, quando requerido por escrito e deferido por despacho do Presidente da Liga;
 - c) O de receberem da Liga a assistência que for regulamentarmente estabelecida, nomeadamente ao nível económico-financeiro e jurídico, nos termos da Lei e dos presentes Estatutos;
 - d) O de lhes serem afeto o saldo positivo, se o houver, nos termos previstos no nº4 do artigo 8º;
 - e) O de tomar parte nas competições e atividades desportivas organizadas pela Liga;
 - f) Quaisquer outros direitos que lhe sejam atribuídos pelos presentes Estatutos, pelos Regulamentos e por deliberação da Assembleia Geral.
2. Os associados históricos que já não se encontrem a disputar as competições de natureza profissional, como tal definidas em diploma legal adequado, têm os seguintes direitos:
 - a) Serem representados junto do conjunto das entidades previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 8º, particularmente nas matérias respeitantes à contratação coletiva de trabalho;
 - b) Receberem da Liga a assessoria prevista nos presentes Estatutos;
 - c) Solicitarem a intervenção da Liga em todos os assuntos que entendam ser do seu interesse e que caibam no âmbito do objeto social da mesma;
 - d) Estarem presentes nas reuniões da Assembleia Geral, não podendo votar e só podendo usar da palavra se lhes for permitido pelo Presidente;
 - e) Quaisquer outros que lhe sejam atribuídos por deliberação da Assembleia Geral.
3. Os associados honorários gozam dos seguintes direitos:
 - a) Estarem presentes nas reuniões da Assembleia sem direito de voto e só podendo usar da palavra se lhes for permitido pelo Presidente da Mesa da Assembleia;
 - b) Solicitarem informação sobre os assuntos pendentes na Liga, desde que a informação pretendida não acarrete qualquer dano para a Liga ou dificulte a preparação ou a prática de qualquer ato;
 - c) Apresentarem exposições à Liga sobre todo e qualquer assunto que lhes diga respeito.

Artigo 14.º

(Deveres ou obrigações)

1. Constituem obrigações dos associados ordinários:
 - a) Respeitarem escrupulosamente todos os compromissos assumidos com a Liga ou com qualquer associado, no âmbito daquela, bem como todos os acordos, contratos ou convenções que os vinculem;
 - b) Respeitarem em todas as circunstâncias a ética desportiva;
 - c) Procederem lealmente com os restantes membros da Liga, contribuindo para uma sã convivência entre todas as Sociedades Desportivas;
 - d) Não discutirem publicamente diferendos ou litígios existentes com a Liga ou com outros associados;
 - e) Prestarem aos órgãos da Liga a colaboração que lhes for solicitada e as informações que lhes forem pedidas, desde que umas e outras caibam no objeto da Liga, e submeterem-se às necessárias averiguações, no caso de suspeita da prática de infrações disciplinares;
 - f) Contribuírem para as despesas da Liga, pagando pontualmente as quotas e outros encargos que sejam fixados;
 - g) Comunicarem à Liga as alterações dos seus Estatutos, regulamentos e contrato escrito constitutivo celebrado com o clube fundador e dar conhecimento dos membros dos seus órgãos sociais;
 - h) Acatarem as deliberações dos órgãos da Liga, procedendo em conformidade.
2. O incumprimento das obrigações referidas na alínea g) do número anterior determina a suspensão imediata do exercício dos direitos consignados nas alíneas a), c) e e) do nº1 do artigo 13º.
3. São obrigações dos restantes associados:
 - a) Cumprirem com os princípios previstos no n.º 1 artigo 10º;
 - b) Acatarem as deliberações dos órgãos da Liga, procedendo em conformidade;
 - c) Respeitarem em todas as circunstâncias a ética desportiva;
 - d) Procederem lealmente para com os restantes associados e órgãos da Liga;
 - e) Não discutirem publicamente os diferendos e os litígios existentes ou pendentes na Liga, sem prejuízo da defesa do seu bom nome e do cumprimento de obrigações de informação a que estejam legalmente adstritos;
 - f) Prestarem aos órgãos da Liga a colaboração que for solicitada e as informações que forem pedidas, desde que umas e outras caibam no objeto da Liga.

Artigo 15.º

(Acumulação da qualidade de associado)

Se um associado ordinário detiver também a qualidade de associado histórico ou honorário prevalece a sua qualidade de associado ordinário.

Artigo 16.º

(Suspensão da qualidade de associado)

A um associado pode ser aplicada pelo órgão competente a sanção de suspensão do exercício dos direitos sociais pela prática de ilícito disciplinar.

Artigo 17.º

(Cessação da qualidade de associado)

1. A qualidade de associado ordinário perde-se:
 - a) Quando cessar a verificação do requisito previsto no n.º 4 do artigo 12º;
 - b) Por declaração da Sociedade Desportiva associada de que pretende abandonar a Liga;
 - c) Por aplicação de sanção disciplinar, com trânsito em julgado, pela prática de infração nos termos dos presentes Estatutos.
2. A declaração referida na alínea b) do número anterior deve ser dirigida ao Presidente da Assembleia Geral da Liga, por carta registada com aviso de receção e assinada por quem legalmente vincule o associado, produzindo efeitos decorridos oito dias sobre a sua receção.
3. A cessação da qualidade de associado por qualquer dos fundamentos referidos no n.º 1 deste artigo não exime a sociedade desportiva do dever de pagar a quota anual relativa ao ano em que a cessação se verificar.
4. A cessação da qualidade de associado pelo fundamento referido na alínea b) do n.º 1 não exime a sociedade desportiva do dever de pagar as quotas respeitantes aos três meses seguintes ao da cessação, se a quotização for mensal.
5. A cessação da qualidade de associado honorário tem lugar quando este praticar ato que atente contra o objeto e os interesses da Liga ou ponha em causa a honorabilidade desta.
6. Sem prejuízo do incumprimento dos pressupostos financeiros de inscrição nas competições profissionais, a qual operará de forma automática, tornando-se eficaz mediante notificação escrita do órgão de administração, a cessação da qualidade de associado é da competência da Assembleia Geral sob proposta da Direção da Liga, não podendo ocorrer a cessação sem a audição do visado.

CAPÍTULO IV
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I
GENERALIDADES

Artigo 18.º
(Órgãos)

1. São órgãos da Liga Portugal:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) O Presidente da Liga;
 - c) A Direção;
 - d) O Conselho Fiscal;
 - e) O Conselho Jurisdicional.
2. A Direção pode criar Comissões Permanentes, composta por membros indicados pelas Sociedades Desportivas, sempre que se justifique.

Artigo 19.º

(Requisitos para a eleição dos titulares dos órgãos)

Só pode ser eleito para órgão social da Liga Portugal quem reunir, cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ter a residência em território nacional;
- b) Ser maior de 18 anos;
- c) Não estar incapacitado física ou psiquicamente para o desempenho das funções;
- d) Não tenha sido punido por infrações de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo ou xenofobia, ou por crime praticado no exercício de cargos dirigentes em Federações Desportivas ou Ligas Profissionais, ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo sanção diversa lhe ter sido aplicada por decisão judicial.

Artigo 20.º

(Eleição)

1. Salvo os casos em que os Estatutos estabeleçam outro processo de designação, os titulares dos órgãos da Liga são eleitos tendo o período de mandato a duração de quatro anos.
2. Os titulares dos órgãos da Liga são elegíveis por uma ou mais vezes, desde que reúnam os pressupostos estabelecidos na lei.
3. O mandato apenas cessa com a posse dos novos órgãos eleitos.

4. Com a exceção do Conselho Jurisdicional, as eleições para os órgãos da Liga serão efetuadas em listas únicas para cada órgão, não sendo obrigatória a apresentação de candidaturas a todos os órgãos.
5. O Conselho Jurisdicional é eleito em listas por aplicação do método de Hondt.

Artigo 21.º

(Tomada de posse)

1. O Presidente da Assembleia Geral toma posse perante o Presidente da Assembleia Geral cessante, ou o seu substituto, a qual deverá ter lugar até ao oitavo dia posterior ao da eleição.
2. Caso o Presidente da Assembleia Geral cessante, ou o seu substituto, não confira a posse no prazo previsto no número anterior, o Presidente da nova Assembleia Geral entrará em exercício de funções independentemente da posse, salvo se tiver sido intentada impugnação judicial do ato eleitoral e lhe tenha sido atribuído efeito suspensivo.
3. Os restantes órgãos tomarão posse perante o novo Presidente da Assembleia Geral logo após a tomada de posse deste.
4. Na hipótese referida no n.º 2 quando o Presidente da Assembleia Geral iniciar o exercício de funções empossará de imediato os restantes membros dos órgãos eleitos.

14

Artigo 22.º

(Início de mandato)

1. Os titulares dos órgãos da Liga iniciam o exercício das suas funções imediatamente após a sua tomada de posse.
2. Os titulares eleitos entram em exercício de funções independentemente da posse se, decorrido o prazo previsto para sua tomada de posse, a mesma não lhe tiver sido conferida, salvo se tal impossibilidade se dever ao eleito.

Artigo 23.º

(Incompatibilidades)

Sem prejuízo dos casos especialmente previstos nos presentes Estatutos e nos Regulamentos aplicáveis, é incompatível com a função de titular de órgão social da Liga a intervenção direta ou indireta em contratos celebrados com a Liga, o exercício na Liga de outro cargo eleito ou por inerência, bem como a sua acumulação com o exercício da atividade de dirigente de clube ou sociedade desportiva ou de associação, árbitro, jogador, treinador ou de qualquer outro agente desportivo no ativo.

Artigo 24.º

(Deveres dos titulares dos órgãos)

Constituem deveres dos titulares dos órgãos da Liga:

- a) Cumprir o disposto nos Estatutos, nas demais disposições normativas e as decisões da Liga;
- b) Prosseguir o objeto da Liga;
- c) Desempenhar as suas funções de acordo com os interesses da Liga;
- d) Não praticar atos que atentem contra a honra da Liga, dos seus órgãos e dos respectivos titulares;
- e) Não aprovar medidas que contrariem os fins visados pela Liga.

Artigo 25.º

(Cessação de funções)

Os titulares dos órgãos eleitos em Assembleia Geral cessam as suas funções nos casos seguintes:

- a) Termo do mandato, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 20º;
- b) Perda do mandato;
- c) Renúncia;
- d) Destituição.

Artigo 26.º

(Perda de mandato)

1. Os titulares dos órgãos da Liga perdem o seu mandato nos seguintes casos:
 - a) Incapacidade física ou psíquica, duradoura ou permanente, para desempenhar o cargo;
 - b) Faltas injustificadas a três reuniões seguidas ou seis alternadas por época desportiva;
 - c) Ocorrência superveniente de situação de inelegibilidade reconhecida e declarada pela Assembleia Geral;
2. Compete ao Presidente do respetivo órgão apreciar e decidir sobre a justificação das faltas dos seus membros.
3. A justificação das faltas dadas por um órgão singular ou pelos Presidentes dos órgãos é da competência do Presidente da Assembleia Geral.

Artigo 27.º

(Renúncia)

Os titulares dos órgãos da Liga podem renunciar ao mandato desde que o expressem, por escrito, ao Presidente da Assembleia Geral.

Artigo 28.º

(Destituição)

1. A Assembleia Geral poderá destituir os titulares dos órgãos da Liga por si eleitos, quando o entender, ocorrendo, ou não, justa causa.
2. Para efeitos do número anterior entende-se por justa causa a prática de ato doloso ou com culpa grave, que torne imediata e praticamente impossível o prosseguimento do exercício das suas funções.
3. Constituem justa causa, designadamente:
 - a) A prática de qualquer dos factos que violem o previsto no artigo 23º;
 - b) Violação dos direitos dos titulares de outros órgãos sociais e da Liga;
 - c) Provocação de forma repetida de conflitos com funcionários da Liga e titulares de órgãos da mesma;
 - d) Repetido incumprimento das funções inerentes ao cargo que exerce;
 - e) Grave lesão de interesses patrimoniais da Liga;
 - f) Falsas declarações relativas à justificação de faltas;
 - g) Prática de violências físicas, injúrias ou outras ofensas punidas por lei sobre titular dos órgãos sociais ou trabalhador da Liga, ou sobre associados desta ou seus representantes;
 - h) Incumprimento ou oposição ao cumprimento de decisão judicial, administrativa ou tomada pelos órgãos sociais da Liga ou de qualquer outra entidade a quem, nos termos legais, seja devida obediência.
4. Na apreciação da justa causa, deve atender-se ao grau de lesão dos interesses da Liga, à perturbação provocada no funcionamento dos serviços, ao carácter das relações entre lesante e lesado e às demais circunstâncias que no caso sejam relevantes.
5. A proposta de destituição deve ser dirigida ao Presidente da Assembleia Geral ou ser apresentada em Assembleia Geral e ser subscrita por um quinto das Sociedades Desportivas associadas ordinárias.

§ Único. Só a proposta de destituição que se baseie em justa causa tem de ser fundamentada.
6. Decorrido o prazo de quinze dias a contar do envio de cópia da proposta ao visado e aos associados ordinários ou do envio de cópia ao visado e aos associados ordinários da ata da reunião da Assembleia Geral onde foi apresentada a proposta e com cópia desta, poderá ser discutida e votada sendo necessária a aprovação por maioria de três quartos dos associados presentes.
7. Durante o prazo referido no número anterior, o visado pode apresentar a sua defesa, quer por escrito dirigida aos associados membros, quer oralmente na reunião da Assembleia Geral em que a proposta for apresentada e debatida.
8. Se a destituição não se fundar em justa causa os titulares destituídos que exerçam funções remuneradas têm direito a receber uma indemnização correspondente às

remunerações vincendas até ao final do período do mandato para que foram eleitos.

Artigo 29.º

(Inelegibilidade)

1. Não pode ser eleito nos dois seguintes atos eleitorais titular de qualquer órgão da Liga quem tenha sido judicialmente declarado responsável por irregularidades cometidas no exercício das funções na Liga ou removido, por esse facto, dos lugares que ocupava.
2. A inobservância do disposto no número anterior determina a nulidade absoluta da lista de candidatura para o órgão em causa.

Artigo 30.º

(Declaração de perda de mandato)

1. Compete ao Presidente da Assembleia Geral, no prazo de dez dias após o conhecimento de alguma das situações referidas no n.º 1 do artigo 26.º, declarar a perda do mandato dos titulares dos órgãos.
2. Compete ainda ao Presidente da Assembleia Geral, aquando da declaração de perda ou renúncia de mandato e destituição, chamar ao exercício de funções os respetivos suplentes, os quais têm de ser empossados no prazo de dez dias.

17

Artigo 31.º

(Vacatura dos cargos de Presidente da Liga e da Assembleia Geral)

1. A vacatura dos cargos de Presidente da Liga e de Presidente da Assembleia Geral é preenchida mediante eleição intercalar pelo período do mandato remanescente.
2. Se o período de mandato restante for inferior a um ano, os mesmos serão substituídos por quem se lhes seguir nas respetivas listas até ao fim do mandato, sendo, no caso do Presidente da Liga, pelo Diretor designado nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 46.º dos presentes Estatutos.
3. As vagas que se verificarem nos órgãos, com exceção do previsto no número seguinte, são preenchidas do seguinte modo:
 - a) Tratando-se do respetivo Presidente, pelo respetivo Vice-Presidente ou, na sua falta, pelo primeiro vogal efetivo do órgão;
 - b) Fora do caso previsto na alínea anterior, pelos suplentes segundo a ordem de precedência na lista.
4. Se algum dos órgãos referidos no número anterior ficar sem quórum de funcionamento proceder-se-á a eleição intercalar no prazo máximo de trinta dias, competindo ao Presidente da Assembleia Geral designar interinamente, membros em número necessário para assegurar o regular funcionamento do órgão até à posse dos eleitos.

5. O mandato dos membros de órgãos eleitos ou designados nos termos do número anterior cessa decorrido o prazo do mandato em curso.

Artigo 32.º

(Responsabilidade dos órgãos da Liga)

Os titulares dos órgãos da Liga são responsáveis pelas suas ações e omissões nos termos legais.

Artigo 33.º

(Remuneração do exercício de funções)

1. Salvo o disposto nos números seguintes, é gratuito o exercício de funções nos órgãos da Liga.
2. As funções de Presidente da Liga são exercidas a tempo inteiro e são remuneradas.
3. As funções dos Diretores Executivos da Liga são remuneradas e desempenhadas em regime de exclusividade.
4. O Presidente e membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional, têm direito a senhas de presença por cada reunião a que compareçam, bem como ao reembolso das despesas em que incorram com a sua comparência, cujo valor é fixado anualmente pela Direção.
5. O valor da remuneração referidos nos números dois e três, é fixado por uma Comissão de Remunerações, composta pelo Presidente do Conselho Fiscal que preside, e por dois dos representantes das Sociedades Desportivas que integra a Direção, da I Liga e da II Liga e por esta designados, para o período correspondente ao mandato dos órgãos da Liga Portugal.

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 34.º

(Composição)

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados ordinários no pleno exercício dos seus direitos.

Artigo 35º

(Número de votos e presenças)

1. Os associados ordinários disporão, nas reuniões da Assembleia Geral, de um número de votos consoante a posição que, à data da Assembleia, ocupem nas competições profissionais de futebol, nos seguintes termos:
 - a) Sociedades Desportivas participantes na I Liga – dois votos por cada um;

- b) Sociedades Desportivas participantes na II Liga – um voto por cada um;
- 2. Podem estar ainda presentes na Assembleia Geral, usando da palavra se o Presidente Lha conceder, mas sem direito a voto:
 - a) O Presidente da Liga;
 - b) Os Presidentes dos restantes órgãos;
 - c) A Direção;
 - d) Entidades convidadas pelo Presidente da Assembleia Geral.

Artigo 36.º

(Natureza da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral constitui o órgão supremo da Liga, competindo-lhe tomar deliberações sobre todas as matérias compreendidas no objeto da associação, com exceção das que sejam da competência de outros órgãos.

Artigo 37.º

(Competências exclusivas)

Compete exclusivamente à Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir o seu Presidente, o Presidente da Liga, os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Jurisdicional;
- b) Eleger os delegados representativos das Sociedades Desportivas na Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Futebol;
- c) Discutir e aprovar o relatório de contas apresentado pela Direção e os orçamentos geral e suplementar, após o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Apreciar, discutir e votar as alterações aos Estatutos e Regulamento Geral;
- e) Exercer as competências que cabem à Liga no âmbito da aprovação dos regulamentos disciplinar, de arbitragem e de competições aplicáveis às competições profissionais de futebol;
- f) Aprovar os demais regulamentos internos da Liga;
- g) Fixar o valor da joia para a admissão na Liga e a tabela das quotas devidas pelos associados;
- h) Deliberar a extinção da Liga;
- i) Determinar a pena de exclusão de associados;
- j) Autorizar a Liga a demandar os membros da Direção ou do Conselho Fiscal por atos praticados no exercício dos cargos;
- k) Autorizar a alienação ou oneração de bens imóveis;
- l) Deliberar sobre todos os recursos que lhe sejam interpostos e que se encontrem expressamente previstos nos Estatutos ou nos regulamentos internos.

Artigo 38.º

(Constituição da mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente e Vice-Presidente e dois secretários.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Geral:
 - a) Convocar a Assembleia Geral e dirigir os respetivos trabalhos;
 - b) Rubricar os livros de atas e assinar os termos de abertura e encerramento;
 - c) Dar posse aos titulares dos órgãos da Liga;
 - d) Verificar a regularidade das listas concorrentes às eleições e a elegibilidade dos candidatos;
 - e) Aceitar e dar andamento aos recursos interpostos para a Assembleia Geral;
 - f) Exercer os poderes e atribuições que lhe sejam conferidos pela lei, Estatutos, Regulamento Geral ou deliberações da Assembleia Geral.
3. Ao Vice-Presidente compete auxiliar o Presidente e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos e na falta deste tal competência pertencerá à Sociedade Desportiva sucessora do clube mais antigo fundador da Liga.
4. Ao Secretário da mesa compete elaborar a ata, podendo ser coadjuvado nas suas funções por um ou mais funcionários da Liga para esse efeito designados pelo Presidente da Direção, ficando então tais funcionários subordinados ao poder de direção do Presidente da Assembleia Geral.
5. Dos atos do Presidente ou da mesa da Assembleia Geral cabe recurso para a Assembleia Geral.
6. Se entre os pontos de ordem do dia figurar a destituição do Presidente da Assembleia Geral a mesa desta deve ser presidida pela Sociedade Desportiva cujo clube fundador seja o sócio mais antigo da Liga.

Artigo 39.º

(Reuniões ordinárias)

1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, para, respetivamente, apreciar o relatório e contas de gerência, bem como o parecer do Conselho Fiscal, e o orçamento apresentados pela Direção da Liga.
2. A eleição dos órgãos da Liga, quando for caso disso, tem lugar em reunião ordinária durante o mês de junho.

Artigo 40.º

(Reuniões extraordinárias)

1. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou mediante solicitação do Presidente da Liga, da Direção, do Conselho Fiscal ou dos seus associados a que corresponda um terço dos votos, no pleno exercício dos seus direitos, e ainda no caso de vacatura do Presidente da Liga.

2. A reunião extraordinária deve realizar-se no prazo máximo de vinte dias a contar da receção do requerimento da respetiva convocatória e nunca em prazo inferior a oito dias ao da receção da mesma convocatória.
3. A reunião extraordinária da Assembleia Geral que seja convocada a requerimento dos associados só pode funcionar se, além de cumpridos os requisitos gerais de funcionamento, estiverem presentes pelo menos três quartos dos requerentes.
4. Quando a reunião prevista no número anterior não se puder realizar por falta de quórum, ficam os requerentes faltosos inibidos, pelo prazo de um ano, de requererem reuniões extraordinárias da Assembleia Geral e são obrigados a pagar as despesas de convocação.
5. Se o presidente da Assembleia Geral não convocar a reunião extraordinária requerida nos termos do n.º 1, a competência para a sua convocação passa a ser exercida pelos que a requereram.

Artigo 41.º

(Ordem do dia)

1. A ordem do dia da reunião ordinária da Assembleia Geral é estabelecida pelo seu presidente e, além dos assuntos legalmente previstos e salvo disposição especial em contrário, deve incluir os pontos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro associado efetivo, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de quinze dias sobre a data da reunião.
2. A ordem do dia das reuniões extraordinárias deve ser a constante do requerimento que solicitou a sua convocação.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, 8 dias sobre a data da reunião.

21

Artigo 42.º

(Convocatória)

1. As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por carta escrita, enviada pelo registo do correio com A/R ou por correio eletrónico com certificação digital de assinatura e de receção para cada um dos associados, com a antecedência mínima de oito dias.
2. No aviso indicar-se-á em termos expressos e precisos o dia, a hora e local da reunião e a respetiva ordem do dia, bem como a disponibilização na sede da Liga dos documentos necessários para serem presentes na Assembleia Geral.

Artigo 43.º

(Quórum e Funcionamento)

1. A Assembleia Geral só pode funcionar, em primeira convocatória, com a presença de maioria absoluta dos associados com direito a voto.

2. Quando não se verifique na primeira convocação o quórum previsto no número anterior, deve ser convocada nova reunião com um intervalo mínimo de 30 minutos e, se ainda não houver quórum, pode convocá-la para uma hora depois, desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto.
3. Se após a terceira convocatória da reunião não estiver presente um terço dos seus membros com direito a voto, convoca-se nova reunião decorridos que sejam trinta minutos com os membros presentes que tenham direito a voto, sendo a votação tomada por maioria absoluta do número de votos dos associados presentes.
4. As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de votos de todos os associados.
5. As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa coletiva requerem o voto favorável de três quartos do número de votos de todos os associados.

Artigo 44.º

(Regime aplicável aos restantes órgãos)

O regime de funcionamento da Assembleia Geral é aplicável aos restantes órgãos da Liga nos casos omissos quanto ao funcionamento destes e quando tal não for incompatível com a sua natureza ou disposição legal.

SECÇÃO III

PRESIDENTE DA LIGA

22

Artigo 45.º

(Natureza)

1. O Presidente da Liga é o órgão executivo unipessoal da associação.
2. O Presidente da Liga é eleito em candidatura uninominal, considerando-se eleito o candidato que obtiver o maior número de votos.

Artigo 46.º

(Competências)

1. Compete ao Presidente representar a Liga, assegurar o seu regular funcionamento e promover a colaboração entre os seus órgãos.
2. Compete ainda ao Presidente:
 - a) Representar a Liga perante a FPF, as Organizações de Futebol Nacional e Internacional, a Administração Pública e todas as demais entidades públicas e privadas;
 - b) Representar a Liga em juízo e em todos os atos oficiais;
 - c) Convocar e presidir às reuniões da Direção e dirigir os seus trabalhos;
 - d) Assegurar a execução das deliberações da Direção e dos restantes órgãos.

e) Nomear dois a quatro Diretores executivos.

§ 1.º Os Diretores executivos são nomeados pelo Presidente da Liga, sob aprovação dos Vogais da Direção indicados pelas Sociedades Desportivas, devendo o despacho de nomeação ser exarado no livro dos termos de posse dos órgãos sociais.

§ 2.º Os Diretores executivos exercem funções sob a orientação do Presidente da Liga, os quais poderão ser exonerados pela Direção sob proposta do Presidente da Liga, devendo o despacho de exoneração ser exarado no livro dos termos de posse dos órgãos sociais.

§ 3.º O mandato dos Diretores executivos cessa com a respetiva exoneração nos termos do número anterior, bem como com o termo do mandato do Presidente da Liga, mantendo-se, porém, neste último caso, em funções até à posse dos novos titulares.

3. O Presidente poderá delegar as suas competências em qualquer dos membros da Direção.
4. Nas suas faltas e impedimentos temporários, as funções do Presidente da Liga serão exercidas pelo Diretor por ele indicado.
5. Em caso de vacatura do cargo e até à eleição do substituto, as competências do Presidente da Liga são exercidas pelo Diretor referido no número anterior, mas limitadas à prática de atos de gestão corrente.
6. Na hipótese referida no número anterior, só em casos de urgência, podem ser praticados outros atos que se mostrem imprescindíveis para a gestão da Liga e de cuja omissão resultem graves prejuízos para a mesma.
7. O Presidente da Liga, no exercício das suas funções, poderá ser assessorado por técnicos ou outros auxiliares por si escolhidos, prestando serviços sob a sua orientação, sem qualquer vínculo laboral, remunerados ou não, em situações de urgência, momentâneas e justificáveis.
8. O Presidente da Liga, quando se justificar, poderá usar da competência referida no número anterior e nas mesmas condições nomear técnico ou auxiliar para assessorar qualquer órgão social.

SECÇÃO IV DIREÇÃO DA LIGA

Artigo 47.º

(Composição)

1. A Direção da Liga Portugal é constituída pelos seguintes membros:
 - a) Um Presidente que é o Presidente da Liga;
 - b) Cinco Vogais em representação das Sociedades Desportivas da I Liga;
 - c) Três Vogais em representação das Sociedades Desportivas da II Liga;

- d) Um membro da Direção da FPF.
2. As Sociedades Desportivas representadas nos termos da alínea b) do número anterior são aquelas que ficarem classificadas nos três primeiros lugares, obtidos pela média das últimas quatro épocas desportivas anteriores à data em que se realiza a eleição para os órgãos da Liga e serão as restantes cooptadas por aquelas.
 3. As Sociedades Desportivas representadas nos termos da alínea c) do n.º 1 são aquelas que forem designadas pela totalidade das Sociedades Desportivas da II Liga.
 4. Os mandatos das Sociedades Desportivas cooptadas, bem como os das designadas nos termos da alínea c) do n.º 1, terão a duração de uma época desportiva, e serão determinadas com referência aos quadros competitivos existentes no primeiro dia da época desportiva.
 5. Os mandatos referidos no número anterior são irrepetíveis, ou seja, sem que antes as restantes Sociedades Desportivas que ainda não tenham feito parte do órgão tenham a oportunidade de fazer parte do mesmo.
 6. As Sociedades Desportivas que fazem parte da Direção são determinadas independentemente de eleições para os restantes órgãos.
 7. Caso alguma das Sociedades Desportivas determinadas nos termos dos números 2 e 3 anteriores não aceite fazer parte da Direção ou renuncie ao seu mandato, será a mesma substituída pela Sociedade Desportiva determinada pela aplicação dos mesmos critérios.

Artigo 48.º

(Natureza)

1. A Direção da Liga é o órgão colegial de administração e gestão da Liga.
2. Compete à Direção da Liga:
 - a) Assegurar a gestão e administração da Liga, decidindo sobre todos os assuntos que não estejam expressamente atribuídos a outro órgão;
 - b) Explorar comercialmente as competições de natureza profissional;
 - c) Elaborar anualmente e submeter à aprovação da Assembleia Geral, depois de obtido o parecer do Conselho Fiscal o orçamento anual, o balanço e o relatório e a conta de gerência;
 - d) Aprovar a estrutura orgânica dos serviços internos da Liga;
 - e) Aprovar o quadro de pessoal da Liga e fixar as regras relativas à admissão de pessoal;
 - f) Exercer a Acção disciplinar sobre os trabalhadores da Liga;
 - g) Autorizar a realização de despesas e encargos com a aquisição de bens e serviços, bem como fixar os patamares dentro dos quais essa autorização pode ser dada individualmente pelos membros da Direção, no âmbito dos respetivos pelouros;

- h) Cumprir e fazer cumprir as decisões jurisdicionais do Conselho Jurisdicional, bem como as deliberações executórias dos órgãos da justiça e disciplina desportiva;
- i) Exigir o pagamento das quotas e demais prestações aos associados nos termos previstos nos presentes Estatutos e no Regulamento Geral.

Artigo 49.º

(Conselho Superior)

1. Poderá ainda a Direção promover a constituição de um órgão com funções consultivas e de promoção externa, o qual terá a designação de Conselho Superior, constituído por individualidades de reconhecido mérito da sociedade portuguesa ou que tenham prestado serviços relevantes ao futebol profissional e à sua indústria.
2. A constituição deste Conselho e sua composição será objeto de ratificação em Assembleia Geral da Liga.

Artigo 50.º

(Reunião)

1. A Direção reúne ordinariamente com periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que para tal for convocado pelo Presidente da Liga.
2. As deliberações da Direção da Liga são nominais e são tomadas por maioria simples, estando presentes a maioria dos membros efetivos.
3. Em caso de empate, o voto do Presidente tem a natureza de voto de qualidade.
4. Quando as deliberações tenham por objeto pessoas singulares individualizadas ou individualizáveis são tomadas por voto secreto.

25

Artigo 51.º

(Assinatura obrigatória)

1. A Liga obriga-se pela assinatura conjunta do Presidente da Liga e de um dos Diretores.
2. Para os efeitos previsto no número anterior, o Presidente pode delegar os seus poderes num dos Diretores.
3. O Diretor referido no número anterior quando assinar por delegação do Presidente não pode também assinar na qualidade de Diretor.

Artigo 52.º

(Funções dos Diretores Executivos)

1. O Presidente da Liga distribuirá as funções que cada um dos Diretores executivos deve exercer.
2. Em caso de falta ou impedimento de um dos Diretores executivos, as suas funções serão exercidas pelo outro Diretor executivo, podendo ainda o Presidente da Liga,

se a duração do impedimento o justificar e depois de ouvido a Direção, proceder à designação do titular interino para o cargo.

3. O Presidente da Liga pode, quando circunstâncias específicas o exigirem, encarregar um dos Diretores executivos de exercer qualquer função que tenha distribuído a outro.

Artigo 53.º

(Organização dos serviços)

1. Os serviços da Liga estão organizados segundo uma estrutura vertical mediante unidades orgânicas e departamentos submetidos ao poder de direção hierárquica da Direção.
2. A estrutura orgânica dos serviços da Liga é aprovada em regulamento pela Direção.

SECÇÃO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 54.º

(Composição)

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente, três Vogais e dois suplentes, os quais devem possuir todos, ou na sua maioria, habilitações adequadas.
2. Na falta ou impedimento do Presidente, assume a presidência o Vice-Presidente e na ausência de ambos o Conselho Fiscal não poderá deliberar.

26

Artigo 55.º

(Competência)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a administração financeira da Liga;
- b) Zelar pela observância da Lei, dos Estatutos e dos regulamentos internos;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes sirvam de suporte;
- d) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Liga ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exatidão do balanço;
- f) Verificar se os critérios valorimétricos adotados pela Direção conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

- g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre os projetos de orçamento, o relatório, contas e propostas apresentadas pela Direção e sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos da Liga submetam à sua apreciação;
- h) Convocar a Assembleia Geral quando a respetiva Mesa o não faça, estando vinculada à convocação para apresentação anual do relatório de contas;
- i) Ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspeções;
- j) Cumprir as demais obrigações impostas pela lei, pelos Estatutos e pelos regulamentos internos;
- k) Participar, através do seu Presidente, sem direito a voto nas reuniões da Direção.

Artigo 56.º

(Convocatória)

O Conselho Fiscal reúne por convocatória do seu Presidente ou do Vice-Presidente, no caso de impedimento ou ausência daquele, e ainda a pedido da maioria em exercício dos seus membros, só podendo deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

Artigo 57.º

(Normas subsidiárias aplicáveis)

São aplicáveis ao Conselho Fiscal e seus membros, com as necessárias adaptações, as normas legais que, em cada momento, regulem a fiscalização das sociedades e não possam, pela sua natureza ou disposição da lei, aplicar-se apenas a estas.

SECÇÃO VI

CONSELHO JURISDICIONAL

Artigo 58.º

(Composição)

O Conselho Jurisdicional é formado por um Presidente e nove vogais efetivos e cinco vogais suplentes.

Artigo 59.º

(Funcionamento)

1. Em tudo o que não estiver expressamente consagrado nos presentes Estatutos, o funcionamento e as formas de processo do Conselho Jurisdicional são os estabelecidos no Regulamento Geral e demais regulamentos legalmente em vigor.
2. Os membros do Conselho Jurisdicional devem ser licenciados em Direito.
3. É aplicável aos membros do Conselho Jurisdicional, com as necessárias adaptações, o regime dos impedimentos e suspeições previsto na Lei da Arbitragem Voluntária para os juízes árbitros.
4. A qualidade de membro do Conselho Jurisdicional, salvo disposição legal em contrário, é incompatível com o exercício de funções em órgão ou em serviços de sociedade anónima desportiva e com o exercício de funções em outro órgão da Liga.
5. No caso de impedimento duradouro ou de vacatura do cargo de Presidente o mesmo é preenchido pelo vogal que se lhe seguir na lista.

Artigo 60.º

(Competência)

Compete ao Conselho Jurisdicional:

- a) Exercer o poder disciplinar sobre as Sociedades Desportivas associadas da Liga, pela prática das infrações previstas nos presentes Estatutos através da instauração de processos de averiguações e disciplinares, procedendo às respetivas instruções e aplicando as correspondentes penas;
- b) Dirimir os litígios entre a Liga e as Sociedades Desportivas membros ou entre estes, compreendidos no âmbito da associação, sem prejuízo do recurso à arbitragem voluntária cometida ao Tribunal Arbitral do Desporto.

28

Artigo 61.º

(Ato de associação)

O ato de associação na Liga determina para o clube associado a aceitação de todas as regras dos presentes Estatutos e Regulamentos.

Artigo 62.º

(Decisões)

1. As decisões do plenário do Conselho Jurisdicional proferidas no uso da competência referida na alínea a) do artigo 60.º são suscetíveis de recurso para a Assembleia Geral.

2. Das decisões proferidas no exercício da competência prevista na alínea b) do artigo 60.º caberá recurso, nos casos e termos previstos no Regulamento Geral e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO V

REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO

Artigo 63.º

(Receitas)

Constituem receitas da Liga:

- a) O produto das joias de admissão e das quotizações dos associados;
- b) O produto de multas, indemnizações ou percentagens sobre estas, custas, emolumentos, preparos e cauções;
- c) As receitas que lhe couberem nos jogos em que intervenham Sociedades Desportivas associados ou que pela Liga sejam organizados;
- d) Os bens e direitos que receber a título gratuito;
- e) O rendimento dos seus bens e o produto da alienação destes;
- f) Quaisquer outras receitas que lhe sejam ou venham a ser atribuídas.

29

Artigo 64.º

(Encargos)

Constituem encargos da Liga:

- a) Os de instalação, manutenção dos serviços e pagamento ao pessoal ou outros colaboradores;
- b) As remunerações previstas no artigo 33.º;
- c) O pagamento dos subsídios de representação e despesas de transporte dos titulares dos respetivos órgãos;
- d) Os resultados da assistência às Sociedades Desportivas associadas, prevista da alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º;
- e) Os respeitantes à organização de provas;
- f) Os resultantes de contratos, operações de crédito ou decisões judiciais;
- g) Os gastos eventuais, realizados de acordo com as disposições destes Estatutos e dos Regulamentos.

Artigo 65.º

(Ano fiscal)

O ano fiscal da Liga e dos seus Associados Ordinários coincide com a época desportiva.

Artigo 66.º

(Orçamento)

1. A Direção organizará anualmente o projeto de orçamento ordinário respeitante a todos os serviços e atividades da Liga e submetê-lo-á à aprovação da Assembleia Geral, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal.
2. Tanto as receitas como as despesas serão classificadas em ordinárias e extraordinárias.

Artigo 67.º

(Alteração do orçamento)

1. Uma vez aprovado, o orçamento ordinário só poderá ser alterado por meio de orçamentos suplementares, os quais carecem de parecer do Conselho Fiscal e de deliberação da Assembleia Geral.
2. Os orçamentos suplementares terão como contrapartida, em receitas, novas receitas ou sobras de rubricas de despesas ou ainda saldos de gerência anteriores.

Artigo 68.º

(Registo dos atos de gestão)

1. Os atos de gestão da Liga serão registados em livros próprios e comprovados por documentos devidamente legalizados, ordenados e guardados em arquivos.
2. O sistema de contabilidade será organizado de acordo com os planos contabilísticos em vigor e deverá permitir um conhecimento claro e rápido da situação financeira e patrimonial da Liga.
3. A Direção elaborará anualmente o balanço e a conta de gerência e o mapa de origem e aplicação de fundos.

30

Artigo 69.º

(Quotas)

1. As Sociedades Desportivas associadas da Liga contribuem para as despesas de funcionamento da agremiação através do pagamento de quotas.
2. As quotas devidas pelos associados são fixadas periodicamente pela Assembleia Geral e compreendem:
 - a) Uma quota de valor fixo;
 - b) Uma quota de valor variável destinada a financiar o orçamento geral da Liga;
 - c) Uma quota de valor variável destinada ao fundo previsto no artigo seguinte;
 - d) Quotas suplementares.
3. O montante da quota de valor fixo poderá ser diverso consoante se trate de associados da I Liga ou da II Liga, podendo ainda ser estabelecidos diferentes escalões quanto aos clubes e Sociedades Desportivas participantes na I Liga.

4. A quota de valor variável prevista na alínea b) do n.º 2 deve ser fixada em concreto tendo em consideração a dimensão do associado, o seu volume de negócios, os resultados desportivos por si obtidos e outros critérios idóneos a demonstrar a sua capacidade para contribuir para o funcionamento da Liga.
5. A quota de valor variável prevista na alínea c) do n.º 2 não poderá exceder 10% da quota prevista no número anterior.
6. Os associados serão ainda devedores de quotas suplementares sempre que usufruírem de direitos, regalias ou serviços sociais que não sejam assegurados de modo contínuo e uniforme, designadamente pela candidatura e inscrição para participação nas competições profissionais de futebol, pelo registo de contratos de trabalho, pela homologação de campos e recintos e pela emissão de licenças ou autorizações de natureza desportiva.
7. A tabela de quotas será aprovada pela Assembleia Geral.

Artigo 70.º

(Fundo de Equilíbrio Financeiro)

1. A Liga disporá de um fundo de reserva autónomo, designado Fundo de Equilíbrio Financeiro, destinado a acorrer a situações de dificuldade financeira na gestão da atividade operacional de organização das competições profissionais de futebol.
2. O Fundo é gerido pela Direção da Liga, mediante uma escrituração autónoma e independente, sem prejuízo de poder ser incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da coletividade.
3. Constituem receitas do Fundo:
 - a) Uma parcela correspondente a 10% do resultado líquido positivo da exploração comercial das competições profissionais apurado em cada época desportiva;
 - b) O produto de uma quota de valor variável para esse efeito cobrada aos associados;
 - c) O produto das multas e demais sanções disciplinares pecuniárias aplicadas aos associados;
 - d) Os rendimentos gerados pelos bens e reservas do Fundo;
 - e) Os bens e direitos que receber a título gratuito para essa finalidade.
4. A Direção incluirá na conta de gerência da Liga um mapa comprovativo da situação financeira do Fundo, acompanhado de um quadro demonstrativo e justificativo de todos os movimentos no exercício antecedente.
5. Em caso algum poderão os capitais e reservas do Fundo de Equilíbrio Financeiro ser utilizados para financiar, ainda que sob a forma de empréstimo, clubes e Sociedades Desportivas, mesmo que não filiados na Liga.

CAPÍTULO VI
INFRAÇÕES DISCIPLINARES ASSOCIATIVAS

SECÇÃO I
SANÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 71.º

(Tipificação das sanções disciplinares)

1. As sanções disciplinares aplicáveis aos associados pelas infrações que cometam são as seguintes:
 - a) Repreensão escrita;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão do exercício dos direitos sociais por prazo até três anos;
 - d) Exclusão.
2. Não pode ser aplicada mais de uma sanção disciplinar por cada infração, pelas infrações acumuladas que sejam apreciadas num único processo ou pelas infrações apreciadas em processos apensados.
3. As sanções disciplinares são registadas.

32

Artigo 72.º

(Caracterização das sanções disciplinares)

1. A sanção de repreensão escrita consiste em mero reparo pela irregularidade praticada.
2. A sanção de multa é fixada em quantia certa e não poderá exceder o valor correspondente a dez vezes a quota anual devida pelo clube punido.
3. A sanção de suspensão do exercício de direitos sociais consiste no afastamento completo do associado da Liga durante o período da sanção que pode variar entre 1 a 3 anos por cada infração, nunca podendo ser superior a 5 anos na hipótese prevista no n.º 2 do artigo anterior.
4. A suspensão do exercício dos direitos sociais não prejudica a necessidade do clube punido cumprir os seus deveres para com a Liga e os outros membros.
5. A exclusão de associado consiste no afastamento da Liga, cessando qualquer vínculo com a mesma.
6. Juntamente com qualquer das penas aplicadas pode ser fixada uma indemnização a qualquer associado ou à Liga, se for caso disso e terá como limite máximo o valor do dano causado ou o valor do ato em que consistir a infração, se tiver carácter oneroso, conforme o que for mais elevado.

SECÇÃO II
INFRAÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 73.º

(Infração disciplinar)

Considera-se infração disciplinar o comportamento do associado, por ação ou omissão, ainda que meramente culposos, viole deveres gerais ou especiais inerentes à sua qualidade associativa e decorrentes destes Estatutos, do Regulamento Geral e demais normas aplicáveis.

Artigo 74.º

(Repreensão escrita)

A sanção disciplinar de repreensão escrita é aplicável a infrações leves dos deveres gerais ou especiais da sua qualidade associativa.

Artigo 75.º

(Multa)

A sanção disciplinar de multa é aplicável a casos de negligência ou má compreensão dos deveres de associados, designadamente a falta das comunicações de impedimentos e suspeições previstos nos presentes Estatutos e demais legislação aplicável.

33

Artigo 76.º

(Suspensão)

A sanção disciplinar de suspensão é aplicável aos associados que atuem com grave negligência ou com grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres associativos e àqueles cujos comportamentos atentem gravemente contra a dignidade e o prestígio da Liga, dos seus órgãos e demais associados.

Artigo 77.º

(Pena de exclusão)

1. A pena de exclusão só será aplicada nos casos de violação grave e repetida dos deveres dos associados ou nos de violação de tal modo grave que ponha em causa as condições de regular funcionamento da Liga.
2. A falta de pagamento de quotas sujeita as Sociedades Desportivas associadas às sanções previstas no Regulamento Geral, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 14.º

Artigo 78.º

(Direito de defesa)

1. Ao arguido será garantido o direito de defesa, nos termos regulamentares e demais legislação aplicável.
2. A eficácia da pena de exclusão depende de ratificação pela Assembleia Geral.
3. No caso de a Assembleia Geral não ratificar a exclusão, a pena converte-se automaticamente em suspensão do exercício dos direitos sociais por três anos.

Artigo 79.º

(Normas de processo)

As demais normas reguladoras do processo disciplinar constarão do Regulamento Geral da Liga.

CAPÍTULO VII

EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA LIGA

Artigo 80.º

(Extinção)

A Liga Portugal extingue-se nos casos e termos previstos na lei.

34

Artigo 81.º

(Poderes dos órgãos depois da extinção da Liga)

Uma vez verificado o facto extintivo da Liga, os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à últimação dos negócios pendentes.

Artigo 82.º

(Partilha e destino dos bens da Liga extinta)

Depois de satisfeitas as despesas decorrentes do processo de liquidação, o saldo obtido será aplicado pela seguinte ordem:

- a) Pagamento de dívidas ao Estado e das contribuições devidas às instituições de segurança social;
- b) Pagamento de remunerações e indemnizações devidas aos funcionários da Liga;
- c) Pagamento de outras dívidas a terceiros;
- d) Entrega aos associados dos montantes necessários à cobertura dos direitos adquiridos;
- e) Atribuição do remanescente às associações que sejam associados históricos da Liga.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS

Artigo 83.º

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

Artigo 84.º

A entrada em vigor dos presentes Estatutos não prejudica o mandato do Presidente da Liga, da Direção, nem tão pouco os mandatos do Presidente da Assembleia Geral e demais membros da Mesa da Assembleia Geral, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Conselho Jurisdicional, os quais passarão a desempenhar as suas funções nos termos ora previstos.

Artigo 85.º

1. A Direção apresentará à Assembleia Geral, no prazo de seis meses a contar da entrada em vigor dos presentes Estatutos, uma proposta de Regulamento Geral de adaptação às novas disposições estatutárias.
2. Até à entrada em vigor do Regulamento Geral, as disposições do anterior Regulamento Geral são aplicáveis com as necessárias adaptações aos presentes Estatutos.

35

Artigo 86.º

Os Estatutos da Liga poderão ser revistos após um ano da sua entrada em vigor, salvo deliberação da Assembleia Geral em sentido contrário, quando situações ponderosas o justifiquem.

Artigo 87.º

O Presidente da Liga e o Diretor Executivo que este designe ficam mandatados para outorgar a escritura pública de alteração dos Estatutos em momento anterior à aprovação da ata da reunião da Assembleia Geral que a delibere.